Demonstrações Contábeis

HUB Instituição de Pagamento S.A.

31 de dezembro de 2022 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Relatório da Administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Hub Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia" ou "Hub") apresenta as suas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

A Companhia é controlada pela holding Hub Prepaid Participações S.A., cujo controle societário foi transferido para a Magalu Pagamentos Ltda., subsidiária integral do Magazine Luiza S.A ("Magalu"), desde julho de 2021.

Atualmente a Hub é uma das maiores plataformas de Banking as a Service (BaaS) do país, para o segmento B2B2C, e líder no processamento de cartões pré-pagos.

Com base nas atividades já desempenhadas pela Companhia desde a sua fundação, no seu papel no ecossistema Magalu, além de novas oportunidades advindas da agenda regulatória e da sua estratégia de crescimento, diversos projetos foram iniciados e priorizados nas verticais de Produtos Pessoa Jurídica, Risco e Produtos Pessoa Física.

No que se refere a produtos para Pessoa Física, destaca-se a internalização de toda a estrutura tecnológica e regulatória Magalu Pay (conta digital pessoa física, integrada ao SuperApp do Magalu), reduzindo custos e aumentando a rentabilidade do produto.

Tivemos também a expansão dos serviços de BaaS com a oferta de cartão pré-pago virtual na conta digital pessoa física Magalu Pay, que está integrada ao SuperApp do Magalu.

A Hub foi habilitada pelo BACEN para prestação do serviço de Iniciador de Transação de Pagamento (ITP), inovação advinda do Open Finance, com o objetivo de diminuir fricção na experiência de compra do cliente. Com essa nova funcionalidade disponível no check-out do e-commerce, que é conhecida pelo mercado de "Iniciação de Pagamentos via Open Finance", o cliente pode usar o saldo do próprio banco para realizar o pagamento à vista, eliminando algumas etapas no momento de conclusão da compra.

Considerando a maior expressividade da Hub no mercado de meios de pagamento, o seu já existente parque tecnológico, know-how e recursos humanos, o Grupo Magazine Luiza, integrado pela Magalu Pagamentos, optou por concentrar seus esforços apenas nessa Instituição, de modo a transferir as operações de pagamentos ora processadas pela Magalu Pagamentos, à Hub Instituição de Pagamento.

Desse modo, iniciou-se o processo de incorporação reversa das atividades da Magalu Pagamentos, plataforma de subadquirência do ecossistema Magalu que intermedia todo o fluxo financeiro de vendas do marketplace, permitindo aos estabelecimentos comerciais anteciparem antecipar seus recebíveis a taxas competitivas.

Continuamos otimistas com relação ao futuro da Companhia e às oportunidades para seguir expandindo nossos negócios.

Agradecemos aos nossos clientes, colaboradores, parceiros e acionistas por toda a parceria nesta jornada.

Barueri, 28 de março de 2023

A Administração.



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 6° ao 10° andar - Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e aos Administradores do **HUB Instituição de Pagamento S.A.** Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Hub Instituição Pagamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HUB Instituição Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da apresentação das demonstrações contábeis conforme Resolução BCB 02/202 descritos na nota explicativa 4, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificações, na data de 28 de março de 2022. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 4 que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às referidas demonstrações contábeis. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre essas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de marco de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP034519/O

Henrique Maduro Furtado Contador CRC SP-291892/O

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
			(Reapresentado)
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	5	487	21.063
Instrumentos financeiros	6	548.441	399.256
Estoques	7	4.270	4.460
Impostos a compensar ou a recuperar		5.955	4.243
Despesas antecipadas		2.626	4.244
Outros créditos	8	3.721	2.985
Ativo fiscal diferido	9	25.851	26.399
Imobilizado de uso	10	36.735	41.567
Intangível	11	73.839	55.587
Depreciação e amortização		(35.250)	(27.791)
Total do ativo		666.675	532.013
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
		•	(Reapresentado)
Daniel Control of the			

Not	а	31/12/2022	31/12/2021
			(Reapresentado)
Passivo			
Depósitos e demais instrumentos financeiros	2	326.519	477.715
Obrigações fiscais correntes		1.729	1.484
Provisões 1	3	8.549	9.178
Outras obrigações 1	4	198.083	410
Total do passivo		534.880	488.787
Patrimônio líquido			
Capital social 1	5	167.497	143.497
Capital social em aprovação	5	100.000	24.000
Prejuízos acumulados		(135.702)	(124.271)
Total do patrimônio líquido		131.795	43.226
Total do passivo e patrimônio líquido		666.675	532.013

Demonstração do resultado Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por ação)

		31/12/2	31/12/2021	
	<u>Nota</u>	2º Semestre	Exercício	Exercício
				(Reapresentado)
Receitas operacionais		29.652	76.289	101.207
Receitas de tarifas e similares	16	29.652	76.289	101.207
Resultado da intermediação financeira		19.585	33.818	10.168
Resultado de títulos e valores mobiliários		19.585	33.818	10.168
Outras receitas/despesas operacionais		(50.116)	(120.990)	(152.288)
Despesas de pessoal	17	(15.095)	(30.122)	(33.420)
Despesas gerais e administrativas	18	(33.665)	(70.179)	(74.521)
Despesas comerciais	19	(5.311)	(17.908)	(18.999)
Outras receitas/despesas operacionais	20	3.955	(2.781)	(25.348)
Resultado antes dos impostos e contribuições		(879)	(10.883)	(40.913)
Imposto de renda e contribuição social		(12)	(548)	(147)
Resultado do exercício		(891)	(11.431)	(41.060)
Quantidade de ações		204.085.880	204.085.880	104.085.880
Resultado líquido por ação (básico e diluído)		(0,004)	(0,06)	(0,39)

Demonstração do resultado abrangente Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022		31/12/2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado do semestre/exercício	(891)	(11.431)	(41.060)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total	(891)	(11.431)	(41.060)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Capital social	Capital social em aprovação	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	90.767	8.930	(83.211)	16.486
Capital social aprovado pelo BACEN	52.730	(8.930)	-	43.800
Capital social em aprovação pelo BACEN	-	24.000	-	24.000
Resultado do exercício	-	-	(41.060)	(41.060)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	143.497	24.000	(124.271)	43.226
Capital social aprovado pelo BACEN	24.000	(24.000)	-	_
Capital social em aprovação pelo BACEN	-	100.000	-	100.000
Resultado do exercício	-	-	(11.431)	(11.431)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	167.497	100.000	(135.702)	131.795
Saldos em 30 de junho de 2022	143.497	24.000	(134.811)	32.686
Capital social aprovado pelo BACEN	24.000	(24.000)	-	_
Capital social em aprovação pelo BACEN		100.000	-	100.000
Resultado do 2° semestre	-	-	(891)	(891)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	167.497	100.000	(135.702)	131.795

Demonstração dos fluxos de caixa Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022		31/12/2021	
	2º Semestre	Exercício	(Reapresentado)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do semestre/exercício Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais:	(891)	(11.431)	(41.060)	
Depreciação e amortização	7.092	13.354	9.651	
Imposto de renda e contribuição social	12	548	147	
Constituição/reversão de provisões judiciais	163	(1.561)	605	
Perda de ativo intangível	-	-	5.238	
Variação nos ativos e passivos operacionais				
Instrumentos financeiros	(279.401)	(149.185)	(64.642)	
Estoques	` 1.354	` 19Ó	` 3Ó	
Impostos a compensar ou a recuperar	(1.437)	(1.712)	74	
Despesas antecipadas	` 731	`1.61Ŕ	926	
Outros créditos	158	(736)	35.010	
Depósitos e demais instrumentos financeiros	(22.935)	(151.196)	32.059	
Obrigações fiscais correntes	` 18	245	85	
Outras provisões	523	932	(16.193)	
Outras obrigações	197.673	197.673	` 2.32Ó	
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(96.940)	(101.261)	(35.750)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(78)	(544)	(1.513)	
Aquisição de intangível	(10.578)	(18.771)	(17.520)	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(10.656)	(19.315)	(19.033)	
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de capital social	100.000	100.000	67.800	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	100.000	100.000	67.800	
Aumento / Redução do caixa e equivalentes de caixa	(7.596)	(20.576)	13.017	
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do semestre/exercício	8.083	21.063	8.046	
No fim do semestre/exercício	487	487	21.063	
Aumento / Redução do caixa e equivalentes de caixa	(7.596)	(20.576)	13.017	

HUB Pagamentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Hub Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia" ou "Hub") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Alameda Arapoema, 529, Tamboré - Barueri, São Paulo. A Companhia é controlada pela Holding Hub Prepaid Participações S.A., subsidiária integral da Magazine Luiza S.A. e tem por objeto a intermediação de negócios, emissão, administração e processamento de cartões de pagamento pré-pagos e pós-pagos de uso nacional e internacional.

A Companhia iniciou as suas atividades em setembro de 2012 e em julho de 2020 a Hub foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissor de moeda eletrônica e credenciador.

O plano de negócios da Hub prevê que o crescimento no volume transacionado pelos clientes já existentes no portfólio e a entrada de novos clientes e/ou novos produtos resultarão em geração de lucros futuros. Desta maneira, as demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, emitido pelo BACEN.

Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis a Companhia está atendendo aos requerimentos da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade, utilizando o custo como base de valor, com exceção de certos ativos e passivos financeiros que foram mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações contábeis e correspondem às utilizadas pela Administração na condução dos negócios da Companhia.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2023.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

Uso de estimativa

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração da Companhia utilizou estimativas e premissas no cálculo de valores que possuem subjetividade no julgamento. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. As diferenças de valores provenientes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no resultado em que as estimativas são revisadas.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de Bancos e reservas livres e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

b) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

c) Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 está classificada como títulos para negociação. A Companhia não possui títulos mantidos até o vencimento e nem disponíveis para venda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos ou passivos são negociados e se os valores justos são observáveis ou não observáveis. Os três níveis da hierarquia são: Nível 1, Nível 2 e Nível 3.

e) Redução ao valor recuperável (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A Administração revisa anualmente, ou quando houver evidência, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor contábil. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída uma perda por *impairment*, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não houve perda por *impairment*.

f) <u>Despesas antecipadas</u>

As despesas pagas antecipadamente estão relacionadas a serviços ou produtos pagos antecipadamente nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros e, portanto, o valor é diferido ao longo do tempo na demonstração do resultado. As despesas antecipadas também compreendem despesas diferidas referentes à emissão de cartões, as quais são diferidas utilizando o método linear com base na expectativa da vida útil dos cartões.

g) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é mensurado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o custo de itens do ativo imobilizado menos os seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil econômica dos itens, que é revisada anualmente e ajustada prospectivamente, se apropriado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

h) Intangível

Os ativos intangíveis, incluindo software e outros ativos, são reconhecidos se advirem de direitos contratuais ou outros direitos legais ou se puderem ser separados ou divididos pela Companhia e vendidos, transferidos, licenciados, alugados ou trocados. O valor amortizável desses ativos intangíveis é amortizado linearmente durante a sua vida útil econômica.

i) Benefícios a empregados

As obrigações de benefícios a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente é prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando um evento ocorrido gera uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Tais provisões decorrem de processos judiciais e são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, levando-se em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com a sua probabilidade de perda como:

- Provável: são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica de "provisões judiciais";
- Possível: são divulgadas nas demonstrações contábeis, quando relevantes, não tendo a necessidade de registro de provisão; e
- Remoto: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

k) Tributação

Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

k) Tributação--Continuação

Impostos sobre serviços--Continuação

Programa de Integração Social (PIS) 1,65% Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% Imposto sobre Serviços (ISS) 2,00%

As receitas de serviços são apresentadas na demonstração do resultado na receitas operacionais.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda do exercício, corrente e diferido, é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável. A contribuição social sobre o lucro é calculada com base na alíquota de 9%. É considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os utilizados para fins de tributação. As mudanças dos ativos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado, tanto o imposto de renda quanto a contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros serão gerados, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são baixados por utilização ou na extensão em que a sua realização não seja mais provável.

Os ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes na data do balanço.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

Resultado por ação (básico e diluído)

O cálculo do lucro por ação foi baseado no resultado líquido atribuído aos detentores das ações ordinárias, conforme CPC 41 - Resultado por Ação. Os resultados por ação, básico e diluído, são iguais, pois no período não houve instrumentos diluidores, tais como opções, contratos a serem liquidados em ações e outras ações diluidoras. O resultado por ação foi calculado dividindo-se o prejuízo (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador).

m) Resultado não recorrente

O resultado não recorrente é aquele que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia; e não esteja previsto ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Em 31 de dezembro de 2022 não houve resultado classificado como não recorrente e em 31 de dezembro de 2021 foi registrada a baixa de software obsoleto no montante de R\$5.001 e incentivos contratuais no montante de R\$3.750.

Nova norma que entrará em vigor

A Resolução BCB nº 219/2022 dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros (ativos e passivos financeiros), bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*. A referida Resolução substitui, entre outras normas, a Resolução CMN nº 2.682/1999, a Circular BACEN nº 3.068/2001 e a Circular BACEN nº 3.833/2017.

A Resolução estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e em uma das três categorias:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes VJORA; e
- Valor justo por meio do resultado VJR.

Com relação à perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, a Resolução BCB nº 219/2022 estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros, inclusive títulos e valores mobiliários. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada a partir do reconhecimento inicial dos ativos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

m) Resultado não recorrente -- Continuação

Nova norma que entrará em vigor--Continuação

O BACEN emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem o teste de "somente pagamento do principal e juros" (SPPJ) para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa efetiva de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos das perdas estimadas associadas ao risco de crédito, prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Resolução BCB nº 219/2022 será aplicada de maneira prospectiva tendo a sua vigência a iniciada de 1º de janeiro de 2025. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia deixou à disposição do BACEN o plano de adequação da referida Resolução, devidamente aprovado pela Diretoria.

O Companhia elaborou o referido plano de implementação e não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis e nem nos sistemas e processos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

4. Reclassificação

Para melhor comparabilidade, algumas contas do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados e Demonstração dos fluxos de caixa de 31 de dezembro de 2021 tiveram seus saldos reclassificados e estão sendo reapresentados conforme abaixo:

Balanço patrimonial	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	47.547	(26.484)	21.063
Instrumentos financeiros	-	399.256	399.256
Títulos e valores mobiliários	336.357	(336.357)	-
Contas a receber	36.415	(36.415)	-
Depósitos e demais instrumentos financeiros			
	-	477.715	477.715
Depósitos	200.932	(200.932)	-
Contas a pagar	262.737	(262.737)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	4.346	(4.346)	-
Provisões	2.770	6.408	9.178
Outras obrigações	16.518	(16.108)	410

Demonstração do resultado	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Receita operacional líquida	89.621	(89.621)	-
Receitas de tarifas e similares	=	101.207	101.207
Resultado de títulos e valores mobiliários	-	10.168	10.168
Outras receitas/despesas operacionais	(87.991)	(11.878)	(99.869)
Despesas gerais e administrativas	(74.089)	(432)	(74.521)
Outras receitas/despesas operacionais	(13.902)	(11.446)	(25.348)
Resultado financeiro	9.876	(9.876)	-

Fluxo de caixa	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Caixa líquido das atividades operacionais	(9.266)	(26.484)	(35.750)
Instrumentos financeiros	-	(64.642)	(64.642)
Depósitos e demais instrumentos financeiros	-	32.059	32.059
Títulos e valores mobiliários	(165.841)	165.841	-
Contas a receber	127.683	(127.683)	-
Depósitos	85.308	(85.308)	-
Contas a pagar	(67.295)	67.295	-
Obrigações sociais e trabalhistas	258	(258)	-
Outras provisões	-	(16.193)	(16.193)
Outras obrigações	(85)	2.405	2.320
Aumento caixa e equivalentes de caixa	39.501	(26.484)	13.017

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
	404	45.000
Bancos	181	15.930
Outras reservas livres	306	5.133
Total	487	21.063

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

6. Instrumentos financeiros

	31/12/2022	31/12/2021
Títulos e valores mobiliários	467.030	336.357
Relações interfinanceiras	42.355	26.484
Contas a receber	39.056	36.415
Total	548.441	399.256

a) <u>Títulos e valores mobiliários</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Carteira própria	184.590	10.715
Vinculados a saldos em conta pré-paga	282.440	198.524
Vinculados a prestação de garantias	-	127.118
Total	467.030	336.357
Circulante	455.607	282.016
Não circulante	11.423	54.341

Os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria para negociação, conforme segue:

	31/12/2022			31/12/2021	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Abaixo de 365	Acima de 365	Valor de mercado
Carteira própria Títulos públicos	- 184.583	- 184.590	- 184.590	-	- -
Letras do tesouro nacional	184.583	184.590	184.590	-	-
Títulos privados	-	-	-	-	10.715
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	10.715
Vinculados a saldos em conta pré-paga Títulos públicos Letras financeiras do tesouro Letras do tesouro nacional	282.510 282.510 -	282.440 282.440 -	271.017 271.017 -	11.423 11.423 -	198.524 188.379 10.145
Vinculados a prestação de garantias Títulos públicos Letras financeiras do tesouro	- -	- -			127.118 127.118
Total	467.093	467.030	455.607	11.423	336.357

Os títulos públicos foram mensurados pelo Nível 1 de hierarquia do valor justo e os títulos privados, pelo Nível 2.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

6. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Relações interfinanceiras

	31/12/2022	31/12/2021
Conta de pagamento instantâneo Depósitos de moeda eletrônica	20.055 22.300	484 26.000
Total	42.355	26.484
Circulante	42.355	26.484

c) Contas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Terceiros ⁽¹⁾	33.698	32.900
Partes relacionadas (nota explicativa 23)	5.358	3.515
Total	39.056	36.415
Circulante	39.056	36.415

⁽¹⁾ Os saldos referem-se, substancialmente, aos serviços prestados, bem como cargas nas contas de pagamento.

7. Estoques

Os saldos dos estoques com prazo médio de utilização inferior a 12 meses, no montante de R\$4.270 (Em 31 de dezembro de 2021 - R\$4.460), referem-se aos insumos disponíveis para a produção dos cartões pré-pagos.

8. Outros créditos

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos a fornecedores	1.199	885
Depósitos judiciais (nota explicativa 16c)	941	398
Garantias (1)	990	1.021
Outros	591	681
Total	3.721	2.985
Circulante Não circulante	2.780 941	2.587 398

⁽¹⁾ Garantias prestadas no arranjo de pagamento e concorrência pública.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

9. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social Adições/exclusões permanentes e temporárias Base de cálculo	(10.882) (2.459) (13.341)	(40.914) 14.328 (26.586)
Saldo imposto de renda e contribuição social corrente	-	-
	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da contribuição social Adições/exclusões permanentes e temporárias	(10.882) (2.643)	(40.914) 9.896
Base de cálculo da CSLL	(13.525)	(31.018)
Saldo contribuição social corrente	-	-

b) Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões	(484)	1.128
Outras provisões	918	918
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	75.599	75.599
Base de cálculo	76.033	77.645
Alíquota de IR/CS	34%	34%
Saldo imposto de renda e contribuição social diferidos	25.851	26.399

A Companhia registrou o ativo fiscal diferido em relação aos prejuízos fiscais/base negativa e diferenças temporárias dedutíveis com base nas projeções de lucros tributáveis futuros. O ativo fiscal diferido será realizado na medida em que os prejuízos fiscais/base negativa forem compensados e as diferenças temporárias forem realizadas.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía o montante de R\$18.920 (31 de dezembro de 2021 - R\$15.707) de crédito tributário não ativado. A Companhia deixou de ativar novos créditos tributários a partir de julho de 2020, quando passou a ser regulada pelo BACEN como Instituição de Pagamentos, pelo fato de não possuir histórico de lucro em anos anteriores e desta forma, não cumprir os requisitos necessários para a ativação de novos créditos tributários.

O valor presente dos créditos tributários contabilizados em 31 de dezembro de 2022 é de R\$22.738.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

c) Movimentação do crédito tributário

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	26.399	26.546
Constituição/reversão sobre diferenças temporárias	(548)	(147)
Saldo final	25.851	26.399

Realização futura do crédito tributário

Exercício	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2023	11.275	4.059	15.334
2024	7.733	2.784	10.517
Total	19.008	6.843	25.851

10. Imobilizado de uso

a) Composição

Bens do imobilizado	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor líquido 31/12/2022	Valor líquido 31/12/2021
Tamanaa		40.000		40.000	40,000
Terrenos	-	16.600	-	16.600	16.600
Edificações	-	6.234	(586)	5.648	5.759
Benfeitorias em bens de terceiros	-	-	-	-	4
Máquinas e equipamentos	10%	6.283	(5.794)	489	955
Equipamentos de informática	20%	6.306	(4.228)	2.078	2.111
Móveis e utensílios	10%	1.030	(857)	173	426
Instalações	10%	282	(264)	18	34
Total	- -	36.735	(11.729)	25.006	25.889

b) Movimentação

	31/12/2021		31/12/2022	
Bens do imobilizado	Saldo inicial	Adições/Baixas	Depreciação	Saldo final
Terrenos	16.600	-	-	16.600
Edificações	5.759	-	(111)	5.648
Benfeitorias em bens de terceiros	4	-	(4)	-
Máquinas e equipamentos	955	-	(466)	489
Equipamentos de informática	2.111	686	(719)	2.078
Móveis e utensílios	426	(142)	(111)	173
Instalações	34	` <u>-</u>	(16)	18
Total	25.889	544	(1.427)	25.006

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

11. Intangível

c) <u>Composição</u>

O Intangível é composto principalmente por softwares adquiridos e plataformas desenvolvidas internamente, amortizáveis no prazo de até 5 anos.

	Custo	Amortização	Valor líquido 31/12/2022	Valor líquido 31/12/2021
Softwares Outros	72.847 992	(22.834) (687)	50.013 305	43.169 305
Total	73.839	(23.521)	50.318	43.474

d) Movimentação

	31/12/2021	31/12/2022		
	Saldo inicial	Adições/baixas	Amortização	Saldo final
Softwares	43.169	18.771	(11.927)	50.013
Outros	305	-	-	305
Total	43.474	18.771	(11.927)	50.318

12. Depósitos e demais instrumentos financeiros

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos	203.878	200.932
Demais instrumentos financeiros	122.641	276.783
Total	326.519	477.715
Circulante	326.519	477.715

a) Depósitos

O montante de R\$203.878 em 31 de dezembro de 2022 (em 31 de dezembro de 2021 - R\$200.932) corresponde a depósitos efetuados pelos clientes na conta de pagamento prépaga HUB. Estes valores são mantidos em Conta Corrente Correspondente a Moeda Eletrônica (CCME) e títulos públicos federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), em conformidade com a Circular BACEN nº 3.681, de 4 de novembro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

12. Depósitos e demais instrumentos financeiros--Continuação

b) Demais instrumentos financeiros

	31/12/2022	31/12/2021
Valores a liquidar - arranjos de pagamento ⁽¹⁾ Fornecedores	107.211 3.694	246.942 5.343
Repasses contratuais de clientes e Bandeiras	11.511	11.372
Adiantamentos de clientes	225	5.926
Valores a repassar - Bandeiras		7.200
Total	122.641	276.783
Circulante	122.641	276.783

⁽¹⁾ Valores transacionados pelos clientes nos estabelecimentos comerciais credenciados, a serem liquidados junto aos adquirentes correspondentes.

13. Provisões

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões judiciais	1.209	2.770
Provisões com folha de pagamento	4.324	2.953
Provisões fiscais e previdenciárias	2.058	1.393
Outras provisões	958	2.062
Total	8.549	9.178
Circulante	7.340	6.408
Não circulante	1.209	2.770

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

14. Provisões judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para processos trabalhistas e cíveis classificados como perda provável, conforme abaixo.

a) Saldos

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	750	555
Trabalhistas	459	2.215
Total	1.209	2.770
Não circulante	1.209	2.770

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía ações cíveis (R\$443) e ações trabalhistas (R\$571), classificadas com risco de perda possível pelos seus assessores jurídicos.

b) Movimentação

	31/12/2021	Adições/ Reversões	Atualizações	31/12/2022
Cíveis	555	55	140	750
Trabalhistas	2.215	(1.783)	27	459
Total	2.770	(1.728)	167	1.209

c) <u>Depósitos judiciais</u>

Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica Outros Créditos. O total de depósitos judiciais é de R\$941 (Em 31 de dezembro de 2021 - R\$398), sendo R\$177 (Em 31 de dezembro de 2021 - R\$300) relacionados a causas trabalhistas e R\$764 (Em 31 de dezembro de 2021 - R\$98) relacionados a causas cíveis, conforme nota explicativa 8.

	31/12/2021	Adições / Reversões	Atualizações	31/12/2022
Cíveis	98	643	23	764
Trabalhistas	300	(123)		177
Total	398	520	23	941

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

15. Outras obrigações

As outras obrigações se referem, substancialmente, a receitas diferidas no montante de R\$ 196.483 (R\$ 20.066 no Passivo Circulante e R\$ 176.417 no Passivo Não Circulante) em 31 de dezembro de 2022, relativo a contrato de exclusividade em Arranjo de Pagamento, com prazo de amortização de 10 (dez) anos.

16. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$267.497 (31 de dezembro de 2021 - R\$167.497) representado por 204.085.880 (31 de dezembro de 2021 - 104.085.880) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de agosto de 2022 foi deliberado aumento de capital, em espécie, com a emissão de 30.000.000 novas ações ordinárias, no montante de R\$30.000, o qual foi submetido à aprovação do BACEN.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de agosto de 2022 foi deliberado aumento de capital, em espécie, com a emissão de 70.000.000 novas ações ordinárias, no montante de R\$70.000, o qual foi submetido à aprovação do BACEN.

Em 23 de setembro de 2022 o Bacen aprovou o aumento de capital de R\$24.000 deliberado em 25 de novembro de 2021. Este valor está representado por 24.000.000 de ações ordinárias.

17. Receitas operacionais

	31/12/2022		31/12/2021	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	
Intercâmbio	15.380	39.823	53.075	
Tarifa de serviços	14.272	36.466	48.132	
		70.000	404.007	
Total	29.652	76.289	101.207	

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

18. Despesas de pessoal

	31/12/2022		31/12/2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Proventos	(10.437)	(20.598)	(23.415)
Benefícios	`(1.074)	`(2.260)	`(2.511)
Encargos sociais	(3.272)	(6.657)	(6.796)
Outras	(312)	(607)	(698)
Total	(15.095)	(30.122)	(33.420)

19. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022		31/12/2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
5 1	(0.450)	(47.070)	(47.050)
Custos com Bandeiras	(9.158)	(17.876)	(17.853)
Custos com tarifas e similares	(1.558)	(4.729)	(9.653)
Serviços especializados	(4.960)	(9.888)	(13.322)
Serviços de impressão	(1.518)	(3.391)	(8.076)
Depreciação e amortização (*)	(6.266)	(12.153)	(8.951)
Serviços telecomunicação e internet	(1.356)	(2.777)	(3.010)
Manutenção e conservação	(2.939)	(5.474)	(3.408)
Serviços de postagem	(1.123)	(2.743)	(3.428)
Locação de data center	(4.392)	(10.042)	(2.563)
Outras	(395)	(1.106)	(4.257)
Total	(33.665)	(70.179)	(74.521)

^(*) Despesa apresentada líquida de créditos de Pis e COFINS.

20. Despesas comerciais

As despesas comerciais, no montante de R\$5.311 no 2° semestre de 2022, R\$17.908 no exercício de 2022 e R\$18.999 no exercício de 2021, referem-se a rebates e repasses contratuais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

21. Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2022		31/12/2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Impostos e taxas	(5.790)	(12.025)	(12.183)
Outras receitas (despesas)	9.745	9.244	(13.165)
Total	3.955	(2.781)	(25.348)

22. Partes relacionadas

Partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definição contida no CPC 05 (R1).

As transações da Companhia com partes relacionadas resumem-se à prestação de serviços de emissão e administração de contas pré-pagas, no curso normal de suas atividades e em condições de mercado.

Os saldos de operações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, em Assembleia Geral é fixado o montante global da remuneração dos Diretores. Para o exercício de 2022 o valor da remuneração foi de R\$3.926 (Em 31 de dezembro de 2021 - R\$7.957).

	31/12/2022	31/12/2021	
Ativo			
Contas a receber	5.358	3.515	
Magazine Luiza	37	333	
Magalu Pagamentos	5.321	3.182	

	31/12/	31/12/2021	
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado			
Receita Operacional Bruta	4.693	5.101	2.975
Social Bank	-	-	2.448
Magazine Luiza	321	629	527
Magalu Pagamentos	4.372	4.472	-
Despesas Comerciais Repasses Contratuais Social Bank	:	-	2.717 2.717

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

22. Partes relacionadas--Continuação

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, para o seu pessoal-chave da Administração.

23. Gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma estrutura de gerenciamento de riscos que permite que os riscos inerentes sejam adequadamente identificados e tratados para apoiar o desenvolvimento de suas atividades. Assim, a Companhia possui as seguintes atividades para apoiar à Administração:

- Controles internos e Compliance: responsável por definir, implantar e gerenciar métodos de gestão dos riscos e fluxo de tratamento dos eventos, suportar as áreas orientando o devido tratamento dos eventos percebidos, avaliar, de maneira independente, os planos de ação e controles mitigatórios e preventivos implantados e, por fim, disseminar a cultura de gestão de riscos e controles internos.
- Auditoria interna: responsável por avaliar periodicamente de maneira independente se as políticas, métodos e procedimentos são apropriados e se de fato estão efetivamente implantados e em funcionamento.
- Controles financeiros: responsável pelo acompanhamento diário dos saldos bancários, salvaguarda do saldo dos clientes, acompanhamento dos índices de liquidez e gerenciamento de capital da Companhia, fornecendo as informações necessárias para as tomadas de decisões.

Como principais riscos que a Companhia está exposta no curso de suas atividades identificou-se: risco operacional, risco de prazo de pagamento, risco de liquidez e de patrimônio e risco de mercado.

a) Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, fraqueza ou inadequação de processos, pessoas ou sistemas internos. Inclui a esta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência nos contratos firmados pela Companhia e multas por não cumprimento das disposições legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades realizadas.

A Companhia possui estrutura de risco operacional e controles internos, responsável pela preparação e teste periódico do plano de continuidade de negócios e por coordenar a avaliação de risco nos processos existentes. Os pontos identificados são apresentados e discutidos nos encontros do Comitê de Riscos que resultam em recomendações e planos de acões definidos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

24. Gerenciamento de riscos--Continuação

b) Risco de prazo de pagamento

O risco de prazo de pagamento é definido como a possibilidade de perdas associadas a falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais.

A natureza pré-paga das contas de pagamento administradas pela Companhia mitiga o risco de liquidez. Para clientes que possuam prazo de pagamento contratual, a Companhia tem como prática o estabelecimento de prazos comerciais de acordo com análises específicas.

c) Risco de liquidez e de patrimônio

O fluxo de caixa e nível de liquidez da Companhia são monitorados diariamente pela Tesouraria e reportados à Administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

A Companhia possui salvaguarda dos saldos de moeda eletrônica de sua emissão. Os depósitos dos clientes ainda não utilizados em transações são mantidos em conta especial ou títulos públicos federais, conforme disposto na Circular BACEN nº 3.681/2013.

c) Risco de liquidez e de patrimônio--Continuação

O patrimônio líquido é monitorado mensalmente de maneira a manter um nível de capital superior aos requisitos mínimos regulatórios, sendo mantido no patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado, no mínimo, o maior valor entre 2% (dois por cento) da média mensal das transações de pagamento executadas pela Companhia nos últimos 12 (doze) meses ou do saldo das moedas eletrônicas emitidas pela Companhia, apurado diariamente, conforme disposto na Circular BACEN nº 3.681/2013.

Mais informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez da Hub podem ser encontradas no documento publicado em nosso site: https://www.hubfintech.com.br/static/Pol%C3%ADtica%20Gerenciamento%20de%20Riscos%20de%20Liquidez%20-%20SITE-49649eb71cac313f4d0f9e6852a3defa.pdf

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

24. Gerenciamento de riscos--Continuação

d) Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de juros que podem afetar os ganhos ou perdas da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno da Companhia.

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Instrumentos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2022, foram projetados 3 cenários para a análise de sensibilidade. Com base em projeções divulgadas pelo Bacen, foi obtida a projeção do Selic de 12,25% para os próximos 12 meses e foi definido como cenário provável. A partir dele, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário, foi calculada a "receita bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada foi 31 de dezembro de 2022, projetando um ano e verificando a sensibilidade do Selic para cada cenário, conforme segue:

d) Risco de mercado--Continuação

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros--Continuação

Instrumentos financeiros--Continuação

	Saldos em 31/12/2022	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Instrumentos Financeiros Indexador		12,25%	9,19%	6,13%
Letras do tesouro nacional Letras financeiras do tesouro	184.590 282.440	22.612 34.599	16.964 25.956	11.306 17.299
	Saldos em 31/12/2021	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Instrumentos Financeiros Indexador		11,75%	8,81%	5,88%
Certificados de depósito bancário Letras do tesouro nacional Letras financeiras do tesouro	10.715 10.145 315.497	1.259 1.192 37.071	944 894 27.795	630 597 18.551

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

25. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.